

POLÍTICAS DE AUTOARQUIVAMENTO NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

SELF-ARCHIVING POLICIES IN THE DIGITAL LIBRARY OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF MARANHÃO

Cláudia Maria Pinho de Abreu Pecegueiro, Universidade Federal do Maranhão - claudia.pecegueiro@ufma.br

- Larissa Silva Cordeiro, Universidade Federal do Rio Grande do Sullarissacordeiro31.lc@gmail.com
- Lucelia da Silva Almeida, Universidade Federal de Santa Catarina lucellya.silva@gmail.com

Eixo Temático 6: O mundo digital: apropriação e desafios

1 INTRODUÇÃO

A troca e disseminação de ideias, descobertas e experiências por pesquisadores através da divulgação de suas produções intelectuais, possibilita a interação entre a ciência e a sociedade em geral. A forma de comunicar ciência, ao longo dos anos, passou por mudanças significativas, as quais interferiram diretamente no modelo de disseminar informação. O avanço das tecnologias de informação e comunicação (TICs), permitiu a evolução dos meios de divulgação científica, o que facilitou o acesso à informação.

O movimento de acesso aberto, atua na promoção do acesso livre a tudo aquilo que delibera informação de forma ampla e livre de custos e barreiras financeiras, constitui-se atualmente como um modelo para a comunicação da ciência, pois projeta iniciativas com intuito de tornar disponível a produção científica mundial em acesso aberto (COSTA, 2014).

Em vistas à contribuição da divulgação científica, pode-se inferir que a produção intelectual de uma instituição, por tratar de pesquisadores atuantes em diversas áreas do conhecimento, fortalece o desenvolvimento científico, bem como a





sua distribuição e alcance. Uma das formas que relaciona-se diretamente como um meio possível da disseminação e uso da informação científica de uma instituição, são os Repositórios Institucionais (RI). Segundo Costa (2014, p. 20), os RI são iniciativas elaboradas

[...] especialmente por universidades e institutos de pesquisa para reunir, organizar, armazenar, disseminar e preservar os resultados do trabalho dos pesquisadores a elas vinculados. Com eles, as instituições produtoras de conhecimento têm se apresentado como elos importantes do sistema de comunicação científica.

Diante dos aspectos mencionados, a proposta desta pesquisa é ressaltar o uso da via verde, autoarquivamento das produções científicas institucionais em RI, como estratégia para o fortalecimento do movimento de acesso aberto. Partindo dessa perspectiva, têm-se o seguinte questionamento: quais as políticas de autoarquivamento presentes na Biblioteca Digital da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)?

Deste modo, o objetivo geral deste estudo é conhecer as políticas de autoarquivamento da Biblioteca Digital da UFMA na perspectiva do Movimento de Acesso Aberto. O estudo buscou como objetivos específicos: a) refletir sobre o movimento de acesso aberto, destacando o autoarquivamento; b) apresentar a Biblioteca Digital da UFMA; c) mapear as possíveis políticas de autoarquivamento da Biblioteca Digital da UFMA.

Estruturalmente o trabalho está organizado em 6 seções. A primeira, introdução, apresenta a problemática levantada, a finalidade e relevância da discussão e os objetivos relacionados do estudo. A segunda seção refere-se a revisão de literatura da temática dissertada. A terceira, apresenta o contexto estudado na pesquisa. Os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa constam na quarta seção. Em seguida, vem as análises e discussões dos resultados alcançados, mediante a pesquisa. Por fim, têm-se as considerações finais referentes ao estudo.

2 O AUTOARQUIVAMENTO NO MOVIMENTO DE ACESSO ABERTO

O acesso aberto consiste na disponibilização gratuita de tudo aquilo que propicia informação, material livre para leitura, cópia, fotocópia, entre outras





possibilidades, desde que se faça o reconhecimento do produtor da informação do determinado documento, isto é, referenciando o autor da obra. Esse processo torna as atividades, de acesso e reprodução do material consultado, totalmente lícitas.

O compartilhamento dos dados de pesquisa de forma aberta torna possível a liberdade de uso da produção intelectual, contribui para o avanço de outros estudos, podendo acarretar em diminuição de tempo da pesquisa. Possibilita que o pesquisador não se detenha em testes e experimentações que possivelmente já foram realizadas anteriormente e validadas. O acesso a esses dados divulgados permite continuação da pesquisa para uma próxima etapa.

Considerando que "A visibilidade de um trabalho é um fator determinante no processo de citação. Um trabalho que não se encontra visível, acessível e disponível não pode ser considerado, avaliado ou utilizado na realização de outros trabalhos." (VALERO; CABO; CASTIEL, 2007, p. 22). A garantia do acesso livre está na divulgação de pesquisas e seus métodos, experimentações, cadernos de laboratório, testes, amostras, comparações e também os seus resultados, de forma que demais estudiosos possam utilizá-los e disseminá-los de maneira total ou com o mínimo de limitações possíveis.

Autores como Weitzel (2005, 2006), Arellano e Leite (2009), Vieira (2016), e Menêses e Moreno (2019) concordam em dizer que o acesso aberto é base elementar no que concerne à comunicação científica, sendo assim considerado uma nova forma de comunicar ciência, um novo ciclo documental, tendo em conta as suas finalidades de desenvolver, registrar e promover o conhecimento amplamente.

O movimento de acesso aberto toma maior proporção através de acontecimentos que acarretaram o seu pensar e fazer, a exemplo da "crise dos periódicos", na década de 90 (MUELLER, 2006). Crise provocada devido aos altos preços estipulados pelas editoras às bibliotecas nas assinaturas de revistas científicas para ter acesso à informação que atendesse as necessidades de seus usuários (VIEIRA, 2016; MENÊSES; MORENO, 2019). Outro ponto importante a ser mencionado nesse contexto, foi a Convenção de Santa Fé, ocorrida em 1999, que originou o movimento Open Archives (OA), envoltos no processo de comunicação





científica (WEITZEL, 2005). Os eventos que originaram as três declarações, popularizado internacionalmente como BBB ou 3Bs, também são representativos por fomentarem o movimento de acesso aberto (Quadro 1).

Quadro 1 - Declarações em prol do movimento de acesso aberto

Declarações	Ano de divulgação	Descrição
Iniciativa de Acesso Aberto de Budapst (<i>Budapest Open</i> <i>Access Initiative</i>)	2002	Primeira a ressaltar a terminologia open access, que propaga o acesso aberto como mola propulsora da divulgação e a liberdade irrestrita do uso da informação de forma lícita, tendo como única condição o reconhecimento devido a seus autores. Promotor das duas estratégias complementares à promoção da ciência aberta: o autoarquivamento; e periódicos de acesso aberto.
Bethesda Declaração sobre a publicação de acesso aberto	2003	Fundamentada na declaração de Budapest, a declaração concorda com o acesso aberto e o promove, principalmente no que trata ao acesso à informação da área biomédica (ANDRADE; MURIEL-TORRADO, 2017).
Declaração de Berlim sobre o Acesso Aberto ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades (Berlin Declaration on Open Access to Knowledge in the Sciences and Humanities)	2003	Trata sobre a promoção global do conhecimento, sendo esta distribuição acessível a todos. Defendendo que as contribuições em acesso livre satisfaçam duas condições: a disponibilização por parte dos autores e detentores dos direitos das produções científicas a liberdade ao acesso gratuito. E a publicação de uma versão completa da obra publicada em formato eletrônico, assim como uma cópia depositada em um repositório gerido por uma instituição que pretenda promover o acesso livre a seus documentos (DECLARAÇÃO, 2003).

Fonte: elaborado pelas autoras.

O movimento de acesso aberto, além de ater-se às questões de disseminação e uso da informação, promoveu também um reconhecimento das pesquisas atreladas a livre disponibilização, superior aos de estudos com o uso de documentos físicos, considerando que quanto maior for o número de acesso e uso do documento, maiores serão as chances de se elaborar citações em outros escritos (LEITE, 2009). Além do mais, "As citações efetuadas através de outras produções são indicadores riquíssimos para a comunicação científica, pois é através delas que os autores trocam ideias e informações que contribuem para a produção do conhecimento. [...]" (ANDRADE, 2014, p. 19).





A utilização destas informações além de contribuir para a geração de conhecimento, propicia o reconhecimento ao possibilitar maior visibilidade das produções perante a comunidade científica. Assim, "O acesso aberto a resultados de pesquisa tem sido visto como fator que maximiza o acesso à pesquisa propriamente dita. Dessa maneira, aumenta e acelera o impacto das pesquisas e, consequentemente, sua produtividade, progresso e recompensas [...]" (LEITE, 2009, p. 16). Diante disso, o desenvolvimento do movimento de acesso aberto pode ser um modelo diferente e atual para a comunicação científica, atrelado a ações que favorecem o livre acesso de dados científicos e a colaboração científica.

Menêses e Moreno (2019, p. 161), caracterizam que o movimento de acesso aberto faz parte de um movimento maior, a ciência aberta.

[...] comumente conhecido como um termo guarda-chuva, uma vez que nele estão inseridos diversos outros movimentos que possuem como objetivo fazer com que todo o processo de construção da ciência seja, de alguma forma, aberto.

O movimento de acesso aberto propaga duas estratégias dispostas por Stevan Harnad (2004) para o processo de sua efetivação e continuidade: a 'via verde' no inglês Green Open Access, que consiste no autoarquivamento pelos seus autores em RI, e a 'via dourada', no inglês Gold Open Access, que consiste na publicação em periódicos de acesso aberto. Sobre estas estratégias, Costa (2014, p. 60) informa que

A definição da BOAI para a estratégia do autoarquivamento diz que uma cópia dos artigos publicados (revisados por pares) deve ser depositada, pelos próprios autores, em arquivos eletrônicos abertos e que estes devem estar em conformidade com os padrões OAI.

No que diz respeito à 'via verde', Costa e Leite (2015, p. 3) discutem que "[...] para o cumprimento desta estratégia é necessário satisfazer duas condições. Uma relaciona-se com a existência de 'arquivos eprints' em que se possam arquivar as publicações. A outra implica que estes 'arquivos' sejam institucionais.".

O movimento em favor do acesso aberto à informação científica é um caminho sem volta e o autoarquivamento, via verde, favorece a incrementação desse movimento. Contudo, pesquisas indicam que "[...] apenas 15% de toda produção científica de uma instituição é espontaneamente arquivada por seus pesquisadores [...]" (ARELLANO; LEITE, 2009, p. 6). Cabe aos RI viabilizar o autoarquivamento, a partir de políticas predefinidas que garantam ciclo informacional.





3 BIBLIOTECA DIGITAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Os RI podem ser considerados bibliotecas digitais, mas nem todas as bibliotecas digitais podem ser definidas como RI. Levando em consideração que os mesmos estão diretamente ligados à produção intelectual da instituição a qual pertence, e embora não haja na literatura, segundo Leite (2009, p. 21), uma definição conceitual esclarecida sobre as diferenças e semelhanças entre biblioteca digital e RI,

[...] no contexto do acesso aberto, há diferenças entre os dois tipos de iniciativas. [Uma das principais diferenças é que os] [...] repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica lidam exclusivamente com a produção intelectual de uma instituição. Portanto, não se prestam à aquisição e ao armazenamento de conteúdos externos à instituição ou conteúdos de outra natureza (por exemplo: documentos administrativos), como pode ser o caso de bibliotecas digitais. O autoarquivamento [...] e a interoperabilidade também constituem atributos que devem existir em um repositório institucional, mas não necessariamente em uma biblioteca digital.

Nesse cenário, o termo acesso aberto é amplamente utilizado para se referir ao livre acesso à informação, porém isso não exclui a dimensão conceitual relacionada ao entendimento de sua extensão, que trata-se do acesso à informação sem barreiras financeiras, fazendo valer os seus 4 princípios fundamentais, citados por Campos (2019): transparência, disponibilização pública, abertura (licenças livres) e colaboração.

A Biblioteca Digital da UFMA, repositório institucional de acesso aberto, vinculada a Diretoria Integrada de Bibliotecas (DIB), foi criada a partir da Resolução 108-CONSAD, de 30 de novembro de 2010. É composta por três repositórios, dos quais possuem documentos organizados em coleções apresentadas no Quadro 2 a seguir.





Quadro 2 - Organização dos repositórios da Biblioteca Digital da UFMA

BIBLIOTECA DIGITAL			
Repositórios	Tipos de Documentos	Finalidade	
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações	Dissertação (2.811); Dissertação com acesso restrito (4); Tese (351). (Ambos distribuídos em 41 comunidades e suas coleções).	Tem por objetivo reunir, tratar, conservar e disseminar em meio eletrônico, a produção técnico-científica gerada pelos Programas de Pós-graduação da Universidade Federal do Maranhão. Pela web torna-se possível ter acesso ao texto completo das dissertações e teses defendidas nos programas de Pós-Graduação; sendo a mesma integrada a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT, em nível nacional, e internacional pela Networked Digital Library of Theses and Dissertations - NDLTD, da Virginia Tech University. A UFMA compartilha assim os conteúdos das Dissertações e Teses, permitindo fácil acesso tanto para a comunidade acadêmica presencial como a de ensino a distância.	
Biblioteca Digital de Monografias	Trabalho de Conclusão de Curso de graduação e pós-graduação (distribuídos em 10 comunidades e suas coleções).	Tem o propósito de disponibilizar os TCC de graduação e pós-graduação lato sensu da instituição, conforme o disposto nas resoluções n° 1892/2019 CONSEP, e n° 1265/15 - CONSEP	
Repositório Institucional da UFMA	Documentos primários, originalmente elaborados em ambiente digital, vídeos, artigos, anais, e-books, relatórios, e etc. (distribuídos em 17 comunidades e suas coleções).	Propósito é disponibilizar toda a produção científica da instituição reunindo em um só acervo documental digital, os trabalhos científicos produzidos em todos os cursos da universidade, sejam de graduação ou pós-graduação.	

Fonte: elaborado pelas autoras.

4 MÉTODO DA PESQUISA

Para compreender e buscar maior aprofundamento do assunto trabalhado, primeiramente realizou-se uma pesquisa bibliográfica, a qual "[...] é desenvolvida com base em material já elaborado [...]" (GIL, 2002, p. 44). Pautada na leitura e compreensão de livros, artigos, trabalhos de conclusão de curso, dissertações entre outros documentos, que deram norteamento e embasamento à pesquisa.

A pesquisa documental, "[...] aquela realizada a partir de documentos, contemporâneos ou retrospectivos, considerados cientificamente autênticos [...]" (GERHARDT *et al.*, 2009, p. 69), foi desenvolvida a partir da leitura e análise das 3BBBs, declarações em prol do acesso aberto, as quais se caracterizam como dados de registro, por se tratarem da organização de informações referentes às discussões





pautadas em eventos que salientaram sobre o movimento de acesso aberto (GERHARDT et al., 2009).

A coleta de dados foi realizada na Biblioteca Digital da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e seus repositórios, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações; Biblioteca Digital de Monografias; e Repositório Institucional da UFMA. Estes dispõem de documentos elaborados pela instituição e seus membros.

A escolha deste ambiente digital como campo de pesquisa, se deu com base na perspectiva dos objetivos do movimento de acesso aberto, mencionados anteriormente, pensando na importância do reconhecimento e valorização da divulgação dos documentos institucionais da UFMA para a sociedade maranhense e demais interessados, assim como para a visibilidade de seus autores e da própria instituição.

A coleta foi realizada entre os meses de julho e agosto de 2021. E os dados foram escolhidos, em uma primeira análise, com base na visualização de cada repositório, a fim de se identificar sua organização e estruturação. Desta forma, selecionou-se estes elementos por estarem presentes nos repositórios, cada qual com suas particularidades. Tais elementos serviram para definir e caracterizar os assuntos a serem analisados de maneira mais aprofundada. O que possibilitou a descrição detalhada do ambiente de pesquisa.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para a análise dos resultados coletados, buscou-se atender aos objetivos propostos dos quais orbitam, inicialmente, sobre a reflexão do movimento de acesso aberto, em especial o autoarquivamento, no qual a literatura demonstra-se bastante rica em relação a conceitos, propósitos e objetivos desse movimento. No que se refere ao autoarquivamento, percebe-se uma dificuldade por parte do autor nessa prática, Arellano e Leite (2009) no texto 'Acesso aberto à informação científica e o problema da preservação digital', ao constatarem que somente 15% da produção institucional é autoarquivada, trazem uma reflexão proposta por Harnad (2007) onde enfatiza que

A prioridade para o movimento de acesso aberto é o autoarquivamento, prioridade esta que não deve ser negligenciada por outras





prioridades arquivísticas, como a preservação digital. Para o acesso aberto o problema não é a preservação de amanhã, mas a provisão do acesso para hoje. Puxar o problema da provisão do acesso hoje para o problema da preservação de amanhã é outra forma de prolongar essa não-provisão dos restantes 85% da produção científica não autoarquivada. (ARELLANO; LEITE, 2009, p. 6).

A análise da Biblioteca Digital da UFMA, segundo ponto proposto, demonstra que a mesma segue a linha da ciência aberta, com algumas das iniciativas elencadas por Campos (2019) bastantes consolidadas. A Biblioteca Digital da UFMA, acata a disponibilização pública, ou seja, a disseminação ampla da produção científica com livre acesso; a transparência da comunicação de dados de pesquisa de forma acessível ao público e ainda a abertura (licenças livres) está relacionada ao acesso total aos documentos depositados na Biblioteca Digital da UFMA. No entanto, quanto ao princípio da colaboração "[...] produção coletiva da qual participam múltiplos atores e agentes, suas dinâmicas de experimentação e aprendizado coletivo [...]" (ALBAGLI, 2014, p. 5), este não foi observado.

Quanto ao mapeamento das políticas de autoarquivamento da Biblioteca Digital da UFMA, foco maior da pesquisa, constatou-se após análise que existem políticas claras e bem definidas quanto ao depósito de documentos, em consonância com as políticas nacionais e de outros Repositórios Institucionais. As políticas estabelecem **Procedimentos para Recebimento** individuais, para cada um dos três repositórios, para o depósito de documentos. Nela são descritos os materiais aceitos, documentação necessária, formato dos documentos e a forma de envio.

Delibera a disponibilização tanto dos conteúdos nascidos para fins de formação acadêmica, de qualidade científica (Biblioteca Digital de Teses e Dissertações e Biblioteca Digital de Monografias), quanto conteúdos avaliados pelos pares (Repositório Institucional da UFMA). Outro ponto encontrado nas diretrizes trata da originalidade dos documentos e determinam que os documentos encontrados nos repositórios configuram-se em duas características, originais da instituição, documentos desenvolvidos para obtenção de diploma ou título acadêmico (monografias, teses e dissertações); e documentos advindos de outros meios (artigos publicados em anais de eventos, livros, trabalhos editados por outros órgãos, arquivos multimídia, entre outros) produzidos pelos pesquisadores da instituição e depositados





nos repositórios da UFMA. O repositório aceita também, trabalhos editados por outros órgãos que não a UFMA, porém, sem deixar de pertencer aos alunos, pesquisadores, e demais membros da instituição.

A gestão e organização dos materiais se dá de forma colaborativa com o apoio das ferramentas fornecidas por instituições, como *softwares* e sistemas necessários para a construção dos ambientes em que são disponibilizados a sua produção científica. A biblioteca digital de teses e dissertações é integrada junto a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que reúne em um único portal as teses e dissertações defendidas nas universidades brasileiras, e também de brasileiros que moram no exterior. A Biblioteca digital de teses e monografias foi construído por meio do uso do *DSpace*, *software* utilizado para armazenar, gerenciar, preservar e possibilitar a visibilidade da produção intelectual, com fins de organizar os TCC desenvolvidos nos cursos de graduação e especialização da instituição e o Repositório Institucional da UFMA também faz uso do *Dspace* no gerenciamento e preservação dos conteúdos.

O Dspace é um código de acesso aberto gratuito, personalizável, capaz de gerenciar os diferentes tipos de conteúdos digitais. Quando utilizado pelas organizações "[...] o DSpace transfere a estas a responsabilidade e os custos com as atividades de arquivamento e publicação da sua produção institucional. O DSpace possui uma natureza operacional específica de preservar os objetos digitais [...]" (OLIVEIRA; CARVALHO, 2009, p. 12). Por fim observou-se que os repositórios da Biblioteca Digital utilizam o protocolo Open Archives Initiative Protocol for Metadata Harvesting (OAI-PMH), para a realização dos processos de busca e coleta de metadados que implica dizer que há possibilidades da ampla divulgação dos conteúdos dos repositórios, uma característica presente nos objetivos da promoção do acesso aberto.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à informação pela via verde, deve ser feito sem restrições de uso do conteúdo disponibilizado nos repositórios, na garantia de atender as indicações do





acesso aberto. Seguindo essa perspectiva, no estudo observou-se que a Biblioteca Digital da UFMA é considerada como uma via estratégica para a efetivação do movimento de acesso aberto, configurando-se como uma ferramenta de divulgação científica, uma vez que possui políticas de autoarquivamento que viabilizam os seus conteúdos através de sua divulgação nos repositórios, ampliando o seu acesso e a possibilidade de as produções serem utilizadas e citadas.

Considerando a relevância das ações e finalidades do movimento de acesso aberto para a comunidade acadêmica, e para a sociedade em geral, propõe-se que estudos futuros possam ser desenvolvidos, tendo em vista ações de divulgação e de práticas de pesquisa em prol do acesso aberto.

REFERÊNCIAS

ALBAGLI, Sarita. Ciência Aberta em questão. *In*: SEMINÁRIO INTERNACIONAL CIÊNCIA ABERTA, QUESTÕES ABERTAS, 1., 2014, Rio de Janeiro. **Anais** [...]. Rio de Janeiro: Liinc; IBICT; OKF; Unirio, 2014. Disponível em:

https://www.cienciaaberta.net/wp-

content/uploads/2014/05/20140820 Albagli Ciencia Aberta em guestao.pdf.

Acesso em: 17 jul. 2021.

ANDRADE, Rebeca de Moura; MURIEL-TORRADO, Enrique. Declarações de acesso aberto e a lei de direitos autorais brasileira. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, nov. 2017. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/23722/2/30.pdf. Acesso em: 19 jun. 2021.

ANDRADE, Sabrina Beatriz Martins. **Uma discussão acerca do acesso aberto, acesso livre e arquivos abertos na literatura**. Rio grande, 2014. Trabalho de Conclusão Curso (Bacharel em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Rio Grande, 2014. Disponível em:

http://repositorio.furg.br/bitstream/handle/1/5958/Uma%20discuss%C3%A3o%20acerca%20do%20acesso%20aberto,%20acesso%20livre%20e%20arquivos%20abertos%20na%20literatura.pdf?sequence=1. Acesso em: 20 jun. 2021.

ARELLANO, Miguel Ángel Márdero; LEITE, Fernando César Lima. Acesso aberto à informação científica e o problema da preservação digital. **Biblios**, Brasília, DF, n. 35, mar./jun., 2009. Disponível em: https://repositorio.unb.br/handle/10482/4937. Acesso em: 28 jun. 2021.





BUDAPEST OPEN ACCESS INITIATIVE. Dez anos depois da Budapest Open Access Initiative: estabelecendo o Acesso Aberto como padrão. Budapeste, 2012. Disponível em: https://www.budapestopenaccessinitiative.org/boai-10-translations/portuguese. Acesso em: 29 jun. 2021.

COSTA, Michelli Pereira da. Características e contribuições da via verde para o acesso aberto à informação científica na América Latina. Brasília, DF, 2014. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Faculdade de Ciência da Informação, Universidade de Brasília, 2014. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/15687/1/2014_MichelliPereiradaCosta.pdf. Acesso em: 29 jun. 2021.

COSTA, Michelli Pereira da; LEITE, Fernando César Lima. Repositórios institucionais de acesso aberto à informação científica: proposta de modelo de avaliação. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, n. 9, v. 3, jul./set., 2015. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/996. Acesso em: 28 jun. 2021.

DECLARAÇÃO de Berlim sobre Acesso Livre ao Conhecimento nas Ciências e Humanidades. *In*: **RepositoriUm**, 2003. Disponível em: https://openaccess.mpg.de/67693/BerlinDeclaration_pt.pdf. Acesso em: 19 jun. 2021.

GERHARDT, Tatiana Engel *et al.* Unidade 4 – estrutura do projeto de pesquisa. *In*: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (org.). **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. p. 65-87. (Série Educação a Distância). GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HARNAD, Stevan. The access/impact problem and the green and gold roads to open access. **Routledge**, Londres, v. 30, n. 5, 2004.

LEITE, Fernando César Lima. **Como gerenciar e ampliar a visibilidade da informação científica brasileira**: repositórios institucionais de acesso aberto. Brasília, DF: IBICT, 2009. Disponível em: https://livroaberto.ibict.br/bitstream/1/775/4/Como%20gerenciar%20e%20ampliar%2





0a%20visibilidade%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o%20cient%C3%ADfica%20 brasileira.pdf. Acesso em: 20 jun. 2021.

MENÊSES, Raíssa da Veiga de; MORENO, Fernanda Passini. Estudo da literatura sobre ciência aberta na ciência da informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, João Pessoa, v. 14, n. 2, p. 160-171, 2019. Disponível em: https://brapci.inf.br/index.php/res/v/119902. Acesso em: 28 jun. 2021.

MUELLER, Suzana Pinheiro Machado. A comunicação científica e o movimento de acesso livre ao conhecimento. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 35, n. 2, 2006. Disponível em: http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1138. Acesso em: 28 jul. 2021.

OLIVEIRA, Renan Rodrigues de. CARVALHO, Cedric Luiz de. Implementação de Interoperabilidade entre Repositórios Digitais por meio do Protocolo OAI-PMH. Goiás: Universidade Federal de Goiás, 2009. Disponível em: https://ww2.inf.ufg.br/sites/default/files/uploads/relatorios-tecnicos/RT-INF_003-09.pdf. Acesso em: 29 jun. 2021.

VALERO, Javier Sanz; CABO, Jorge Veiga de; CASTIEL, Luis David. A iniciativa Open Access no acesso à informação técnico-científica nas Ciências da Saúde. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, Rio de Janeiro, v.1, n.1, jan./jun., p.19-26, 2007. Disponível em: https://www.reciis.icict.fiocruz.br/index.php/reciis/article/view/876. Acesso em: 5 jul. 2021.

VIEIRA, Vinicíus Rafael Chagas. **Acesso livre ao conhecimento científico em repositórios digitais**: a visibilidade da informação científica através da implementação da iniciativa de arquivos abertos (OAI). Rio de Janeiro, 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Biblioteconomia) — Curso de Biblioteconomia e Gestão de Unidades de Informação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2016.

WEITZEL, Simone da Rocha. Iniciativa de arquivos abertos como nova forma de comunicação científica. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL LATINO-AMERICANO DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO, 3, 2005, São Pulo. **Anais** [...]. São Paulo: ALAIC, 2005. Disponível em: http://eprints.rclis.org/6492/. Acesso em: 28 jun. 2021.





WEITZEL, Simone da Rocha. Os repositórios de *e-prints* como nova forma de organização da produção científica: o caso da área das ciências da comunicação no Brasil. São Paulo, 2006. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de São Paulo, 2006. Disponível em: http://seer.ufrgs.br/EmQuestao/article/view/19/7. Acesso em: 29 jun. 2021.

